

FUNCIONALISMO VS. GERATIVISMO: ALGUMAS REFLEXÕES DE EPISTEMOLOGIA LINGÜÍSTICA.

Rafael Eugenio HOYOS-ANDRADE*

RESUMO: A partir de afirmações explícitas dos lingüistas funcionalistas André Martinet e Frédéric François, o Autor destaca as características que distinguem a visão funcionalista da visão gerativista com relação à linguagem e à lingüística. Abordam-se assim itens como: o papel da sintaxe; dedutivismo e indutivismo na gramática; natureza institucional da linguagem e inatismo; pertinência, estrutura profunda e universais lingüísticos.

UNITERMOS: Epistemologia lingüística; Funcionalismo; Gerativismo; sintaxe; linguagem-faculdade; linguagem-instituição; inatismo; estrutura profunda; pertinência; universais lingüísticos.

SINTAGMÁTICA OU SINTAXE?

“Dado que o funcionalismo define a sintaxe pelo seu papel relacional, por oposição às imposições sintagmáticas, afastasse de todas as gramáticas, antigas ou modernas, que procuram antes de tudo definir as regras das “sucessões corretas”. (FRANÇOIS, 1, p.15)

Esta observação de Frédéric François é muito pertinente. Com efeito, se tentarmos precisar o trabalho dos gerativistas empenhados em elaborar fórmulas cada vez mais adequadas que nos permitam construir orações gramaticais (e só gramaticais) chegaremos facilmente à conclusão de que o que a eles interessa é “definir as regras das sucessões corretas”. O objetivo fundamental de uma gramática baseada nos princípios do gerativismo parece ser, justamente, a elaboração de fórmulas ou regras reescrita que reflitam a maneira como um falante normal constrói enunciados, isto é, sucessões corretas de morfemas. Não é à toa o fato de Chomsky ser herdeiro direto de Harris, o grande ex-

poente do Distribucionalismo norte-americano; a linearidade, a sucessividade, a ordem dos elementos é prioritária nessa gramática, mas também na de Chomsky.

A tal ponto isto é verdade que poderíamos estabelecer a seguinte equação (válida para os defensores do gerativismo): sintaxe = sintagmática.

Noutros termos, a sintaxe reduz-se ao estudo das sucessividades, ao estudo da ordem correta entre os elementos lingüísticos de um enunciado. Explicar essa ordem é o assunto fundamental da sintaxe gerativa. Explicar o porquê da ordem das construções “superficiais” exigirá, às vezes, o recurso a complicadas regras transformacionais que justifiquem a ligação entre esta ordem, esta sucessividade superficial e uma pretensa estruturação e ordem profundas, de natureza mais lógica do que lingüística.

A grande contribuição da sintaxe funcionalista está na superação dessa linearidade ou sucessividade (fruto da na-

* Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19.800 — Assis-SP.

tureza oral da linguagem): nem tudo o que é sucessivo é pertinente, e portanto, nem sintático. O recurso à ordem para marcar as relações entre os elementos do enunciado é só um dos três procedimentos sintáticos universais. Mais ainda, nem tudo o que numa determinada língua constitui uma ordem obrigatória, por razões de tradição e uso, é necessariamente funcional: daí a distinção proposta por F. François entre SINTAGMÁTICA (estudo das sucessividades e de suas limitações numa determinada língua) e SINTAXE (estudo das relações pertinentes entre os elementos do enunciado e o enunciado como um todo: relações pertinentes porque correspondem às funções reais dos diferentes elementos do enunciado; estas funções estão ligadas intimamente ao caráter comunicacional da linguagem e, portanto, à experiência a ser comunicada...). Poderíamos dizer que a sintaxe funcionalista é *tridimensional*, enquanto a dos gerativistas seria *bidimensional*...

DEDUÇÕES E INDUÇÕES NO FUNCIONALISMO

“Deve destacar-se que a suposição de uma existência universal de predicados é a primeira que aqui realizamos por *indução*”. (MARTINET, 3, p.148)

Há entre os lingüistas de hoje uma tendência a privilegiar o modelo gerativista sobre outros modelos anteriores e/ou contemporâneos, pelo fato de o gerativismo se apresentar como um modelo hipotético-dedutivo. Muitas vezes os lingüistas em causa não saberiam dizer porque é melhor um modelo dedutivo, baseado na reflexão teórica do que um modelo indutivo, baseado na observação. Deixando de lado esta discussão para outra oportunidade, só pretendo agora destacar que Martinet enfatiza o seu dedutivismo sintático inicial. Com efeito, as primeiras afirmações sintáticas do funcionalismo marti-

netiano são deduções lógicas de sua definição de língua. Esta, por sua vez, baseia-se fundamentalmente na observação da linguagem humana: “instrumento de comunicação duplamente articulado e de natureza oral”. Estabelecidas *por dedução* as possíveis maneiras de os enunciados lingüísticos manifestarem as funções dos seus diversos elementos, supõe-se agora, *por indução*, a “existência universal de predicados”; não se estabelece, não se proclama, não se define, mas simplesmente se supõe, a partir dos dados atuais, observáveis, a existência universal de predicados. É, como diz Martinet, a sua primeira suposição de um universal sintático *por indução*. Os outros universais, por ele supostos, eram frutos da mais rigorosa *dedução*. Não teria, portanto, sentido rejeitar em bloco a sintaxe funcionalista sob a alegação de ela se prender unicamente à observação sem possuir uma hipótese, uma teoria, um enfoque inicial que lhe forneça a coerência indispensável a todo estudo científico.

Martinet é admirável, justamente, pelo seu rigor científico: a observação e o ponto de vista teórico estão permanentemente presentes nas suas análises. Partindo da observação (hoje inusitadamente contestada por lingüistas que pretendem “épater les bourgeois”) de que a língua é um instrumento de comunicação oral (e social) e da constatação, induzida também, de que todas as línguas naturais humanas conhecidas possuem uma dupla articulação, estabelece Martinet uma definição de língua. Dessa definição de língua deduz, com lógica contundente, que as maneiras de marcar as funções dos elementos do enunciado só podem ser três, em qualquer língua imaginável que possa ser incluída na definição inicial de língua. Observando, de novo o comportamento sintático das línguas e, portanto, *indutivamente*, chega a postular a existência universal de predicados* em todas as

* Entende-se por *predicado*, em terminologia funcionalista, o núcleo, o centro do enunciado em torno do qual se organizam os outros elementos que integram esse mesmo enunciado.

línguas conhecidas, não como uma necessidade lógica, mas como um fato, aliás muito condizente com a economia lingüística. Quão longe estamos aqui das pretensas estruturas universais profundas e binárias do tipo Sujeito + Predicado, hipoteticamente impostas por dedução puramente mentalista aos enunciados de todas as línguas.

A LINGUAGEM: INSTITUIÇÃO OU FACULDADE?

“Continua sendo mais seguro considerar a linguagem, não como uma das faculdades humanas, mas como uma instituição que implica o exercício das mais diversas faculdades”. (MARTINET, 4, p. 105)

O fato de os seres humanos falarem tem levado os pesquisadores a pensar que a linguagem é uma faculdade comparável, por exemplo, com a faculdade de ouvir. O problema está, porém, na observação, bem conhecida e divulgada, de que enquanto outras faculdades (do tipo audição, locomoção, visão, respiração) possuem órgãos exclusivos, a linguagem não possui órgãos próprios e exclusivos. Fez-se notar muitas vezes que o chamado aparelho fonador tem outras funções biológicas ligadas imediata, direta e, diríamos, necessariamente aos seus diversos órgãos: os pulmões, a laringe, as fossas nasais estão ligadas primordialmente à respiração; a faringe, a língua, os dentes, os lábios são órgãos essencialmente comprometidos com a ingestão de alimentos; e até as cordas vocais que, à primeira vista, estariam ao serviço inequívoco da linguagem, têm outras funções vitais específicas como as de ajudar na defecação, no controle respiratório e muscular necessário para, por exemplo, subir escadas ou dar à luz um filho. Ninguém poderá, porém, negar que o fato de as cordas vocais vibrarem produzindo sons está ligado, na pior das hipóteses, a uma função comunicativa fundamental que o ser humano compartilharia com os animais que emitem sons.

Será à toa que o ser humano faz sua entrada triunfal no mundo fazendo vibrar, justamente, as suas cordas vocais e produzindo com elas aquele choro, grito de vida, que tanto alegra o coração dos seus pais? Como negar a esse choro uma função potencialmente comunicativa? Podemos, portanto, concluir que ao chamarmos de *faculdade* a linguagem estamos usando este termo em forma simplesmente analógica e não unívoca, como no caso das outras faculdades humanas. Daí, sem dúvida, que Martinet afirma ser mais seguro considerar a linguagem como *instituição* “que implica o exercício das mais diversas faculdades” do que considerá-la como sendo ela mesma uma faculdade a mais. Com efeito, a linguagem, entendida como “fruto da vida em sociedade” reveste-se de um caráter institucional indiscutível. Um ser humano criado entre animais possuirá “in actu” todas as funções vitais, mas não a linguagem. Não será isto sinal de que a linguagem não é, estritamente falando, uma faculdade? Alguém poderá objetar que a faculdade de reprodução só pode exercer-se em sociedade porque supõe essencialmente a participação de um parceiro. A diferença, porém, com respeito à linguagem é grande: o indivíduo adulto normal, mesmo isolado, está capacitado para exercer a função de reproduzir-se no momento em que estiver disponível um parceiro do sexo contrário; em troca, o indivíduo isolado só conseguirá falar depois de um lento e laborioso aprendizado. Nesse aprendizado, como aliás no uso da linguagem, o indivíduo humano terá que pôr a funcionar faculdades internas como a memória, a inteligência e a vontade; e faculdades externas como a audição, a visão, a respiração.

Não é sem motivo que se ouve dizer às vezes que o ser humano fala não só com a boca, mas com os olhos, com as mãos, com todo o seu ser...

Em textos anteriores, Martinet ensinava que a linguagem humana era faculdade e instituição, com a ressalva, porém,

de que se tratava de uma faculdade “*sui generis*”. A reserva com que, no texto em foco, Martinet alude à linguagem-faculdade, explica-se, sem dúvida, pelas incursões gerativistas das últimas décadas que fazem da linguagem não só uma faculdade, mas uma *faculdade inata**, ligada biologicamente a um misterioso “*Language Acquisition Device*”. Mais ainda, rejeita-se o caráter institucional da linguagem, haja vista que esse tal dispositivo é individual, inerente a todos e cada um dos membros da espécie humana, e específico da faculdade de construir frases gramaticais e corretas, seja em que língua for. O que é fruto da vida em sociedade, na teoria gerativista, não é que o indivíduo fale, mas que fale numa determinada língua. Noutros termos, os gerativistas exageram as características da linguagem que nos permitem ver nela uma espécie de faculdade, sacrificando, por compensação, o caráter social da mesma e, portanto a sua natureza institucional e comunicacional.

PERTINÊNCIA E ESTRUTURA PROFUNDA

“... por não terem operado com o princípio de pertinência, muitos lingüistas caíram na armadilha da oposição entre uma estrutura superficial e uma estrutura profunda que, dominada por “transformações” permitiria reduzir à unidade a variedade das línguas”. (MARTINET, 2, p. 50)

Aqui Martinet parece atribuir a duas causas o surgimento, a aparição da tão famosa estrutura profunda dos gerativistas: a primeira causa estaria no fato de os gerativistas não terem reconhecido a noção de *pertinência*. Tentemos explicar esta afirmação.

O princípio de pertinência nos permite distinguir elementos que, de fato, co-

municam alguma informação daqueles que, estritamente falando, nada comunicam, mas que aparecem na mensagem por razões as mais variadas: ênfase, tradição, assimilações (caso da nasalidade não pertinente), descuidos, etc. Diz-se, por exemplo, que a preposição DE em expressões do tipo “Gosto de você”, não é pertinente porque, de fato, nada comunica (daí, provavelmente, a sua supressão automática no português do Brasil em orações relativas do tipo: “A menina que eu gosto”, etc.) Usa-se, porém, tradicionalmente em português, constituindo o que poderíamos chamar um apêndice obrigatório do verbo GOSTAR, uma extensão preposicional automática. Segundo Martinet, o que é automático não é pertinente por não ser informativo, em sentido estrito (isto é, denotativamente falando); noutros termos, o elemento lingüístico que não é fruto de uma escolha específica, individualizada, não é pertinente, pelo fato mesmo de ser obrigatório, como resultado, é claro, de uma escolha anterior: quem escolhe o verbo GOSTAR escolhe automaticamente a sua seqüela necessária, a preposição DE. Esta, portanto, não é pertinente.

Esta reflexão não é fruto de simples apriorismos, mas da observação de como funciona a linguagem humana. Distinguir, por conseguinte, entre elementos pertinentes e não pertinentes, não é uma hipótese, mas uma constatação.

O que farão, porém, os gerativistas, que ignoram a distinção mencionada, com elementos como a preposição DE, do exemplo acima utilizado? Dir-nos-ão, provavelmente, que a tal preposição é um elemento da estrutura superficial que, não se encontrando na estrutura profunda, virá a aparecer nela, como fruto de alguma transformação... Esta reflexão, todavia, é uma pura hipótese, indemonstrável, como é indemonstrável a noção mesma de estru-

* O inatismo dos gerativistas não deixa de ser uma consequência lógica da concepção da linguagem como faculdade: com efeito, em certo sentido, todas as faculdades humanas são inatas.

tura profunda. Que sentido tem, com efeito, a introdução de uma pretensa estrutura sintática profunda, diferente da sua manifestação superficial?

Para começarmos por alguma parte poderíamos, em primeiro lugar, afirmar que a linguagem humana é sempre superficial. Desconheço a existência de uma linguagem 'profunda' que estaria por baixo da linguagem 'superficial', como o esqueleto está por baixo da figura de um animal ou de um ser humano. Hoje ninguém discute que a linguagem tenha uma estrutura, mas esta sempre é superficial; as pretensas estruturas profundas não são linguagem, mas elucubrações de lingüistas preocupados, não se sabe por que, com demonstrar que todas as línguas do mundo são iguais. A não ser que "estrutura profunda" queira dizer, mas não é isso certamente o que Chomsky pretende afirmar, estrutura mental, pensamento, conteúdo semântico, aquilo que se pretende dizer, etc. Nesse caso, é claro que podemos distinguir entre "o que se diz" e "como se diz". O "como" será, porém, sempre superficial. No entanto, os gerativistas pretendem que esse "como se diz" tem no mínimo duas estruturas: a superficial (o que se ouve dizer) e a profunda, de natureza sintática (ou pelo menos sintático-semântica) que seria de algum modo anterior à superficial... Mas de que anterioridade se trata? Poderemos dizer que a estrutura profunda é *logicamente* anterior à superficial? Mas, o que pode significar isso? Linguagem e lógica, todo o mundo o sabe, não se entrosam muito bem... Por que uma expressão como "A alface verde" é logicamente posterior a "A alface que é verde", que, por sua vez, seria logicamente posterior a "A alface é verde", etc...?

De anterioridade *cronológica* é melhor não falar por que não cabe, evidentemente, neste contexto. Tratar-se-á então de anterioridade *psicológica*? Voltemos ao exemplo da alface: o que é psicologicamente anterior para o ser humano: "a alface em si" ou a cor verde que geralmente

a acompanha? Dado que na nossa experiência "alface" e "verde" estão sempre juntos, não se vê porque a frase "A alface verde" seja fruto de uma transformação do tipo acima sugerido.

Profundo é, às vezes, sinônimo de *íntimo*: será então que a estrutura profunda é a mais íntima? Mais íntima para quem? Para o falante? É óbvio que não se pode falar de uma maior intimidade *consciente*, pois os mesmos gerativistas não pretendem defender que os processos transformacionais sejam conscientes. Tratar-se-á, então, de uma maior intimidade (profundidade) no organismo lingüístico do falante, esse organismo que os gerativistas desejam *inato* e, portanto, *pré-programado*? Eis-nos, finalmente, diante da solução gerativista do problema! Assim como nos organismos cibernéticos o OUT-PUT final supõe uma série finita de estágios intermediários, a partir de um IN-PUT inicial, no ser humano, segundo esta *lingüística biônica*, é necessário supor (graças ao 'dispositivo lingüístico inato' ou 'Language Acquisition Device', comum e idêntico a todos os indivíduos da espécie humana) que todas as línguas possuem a mesma estrutura profunda, o mesmo IN-PUT inicial (noutros termos, tratar-se-ia de uma autêntica prioridade ou anterioridade *ontológica*). Estágios sucessivos e diferentes, segundo as diferentes línguas, transformarão essa estrutura inicial idêntica em outras tantas estruturas superficiais diferenciadas, correspondentes às diferentes línguas. Solução elegante, não podemos negá-lo, mas infelizmente inaceitável por falta de provas, por excesso de apriorismos, e por não resistir a uma análise rigorosa que se baseie na observação da linguagem humana tal como ela é e não como os neo-idealistas da lingüística gerativa gostariam que fosse.

A linguagem humana tem uma natureza dupla por ser o resultado da união infável de um conteúdo semântico com uma manifestação fônica; a linguagem

humana é duplamente estruturada, porque seus elementos se combinam nos enunciados (estruturação *sintagmática*), segundo complicadas variáveis, variáveis de uma língua para outra para produzir enunciados, que não são outra coisa senão análises lingüísticas de nossa experiência extralingüística; e porque esses elementos presentes no enunciado se opõem a outros elementos ausentes do mesmo enunciado mas, de alguma maneira presentes no repertório lingüístico do falante-ouvinte (estruturação *paradigmática*). A linguagem humana é *duplamente articulada* porque possui unidades significativas mínimas manifestadas por combinações de unidades distintivas mínimas; a linguagem humana oferece-nos, portanto, duplicidades de natureza vária chamadas também dicotomias ou antinomias ou aspectos binários; mas falar de duas estruturas sintáticas, uma superficial e outra profunda carece não só de fundamento mas de sentido, se queremos conservar uma noção sensata de linguagem. Que por trás da linguagem exista toda uma estruturação maravilhosa, inefável, misteriosa até, não há quem duvide; que a linguagem suponha no ser humano faculdades de natureza superior às dos simples animais; que a linguagem humana seja simultaneamente faculdade e instituição, quem poderá negá-lo? Mas querer que a dicotomia fundamental da linguagem humana seja a existência de duas estruturas sintáticas, uma superficial, “audível” e outra profunda, não perceptível, sendo esta última de caráter universal e inato, é coisa que não só desborda o campo da lingüística, mas também o de uma filosofia baseada no real, e corre o risco de entrar no domínio da mitologia, para não dizer como o professor norte-americano Edward Blansit, no da literatura infantil (“Mother Goose Linguistics”: uma espécie de “Lingüística do Sítio do Pica-pau-amarelo”).

Quanto à segunda causa, que Martinet parece atribuir à teoria da estrutura profunda, isto é, a pretensão de reduzir à

unidade a multiplicidade das línguas podemos acrescentar algumas reflexões. Qual será o interesse ou a intenção de querer reduzir todas as línguas do mundo a uma estrutura profunda essencialmente idêntica? O fato de a linguagem humana ser uma faculdade comum a todos os seres humanos não nos autoriza a dizer que as línguas do mundo devam ter uma estrutura profunda sintática comum, assim como a faculdade de reprodução não nos autoriza a supor uma estrutura familiar essencialmente idêntica. Por outro lado, a linguagem (assim como a família) é uma *instituição social*, fruto da vida em sociedade: esta característica da linguagem humana autoriza-nos, menos ainda, a pressupor uma estrutura sintática profunda comum a todas as línguas. Mais uma vez sirvamo-nos do exemplo da família: a família é também uma instituição social que, embora ligada à faculdade de reprodução, é fruto da vida em sociedade de seres biologicamente idênticos. Nem por isso podemos supor que exista uma estrutura familiar universal e idêntica.

Martinet não nega os universais lingüísticos; nega, somente, a pretensão de estabelecê-los “a priori” onde a observação não permite detectá-los. Martinet não nega a existência de elementos comuns a todas as línguas do mundo, mas afirma que esses elementos não podem ser deduzidos “a priori”, a partir de hipóteses indemonstráveis como a existência do famoso “Language Acquisition Device”; este, segundo Chomsky, seria inato na espécie humana, e não simplesmente como *faculdade*, como capacidade (que isso ninguém nega), mas como conjunto de regras de estruturação sintática, como dispositivo específico para construir gramáticas a partir de estruturas e dados lingüísticos pré-existentes. Os universais lingüísticos devem induzir-se da observação do maior número possível de línguas e não deduzir-se hipoteticamente de entidades e dispositivos criados “ad hoc” por

lingüístas que não sabem ou não querem ser aprioristicamente reduzida ao comportamento binário dos artefatos cibernéticos. reconhecem que lingüística não é matemática e que a linguagem humana não pode

HOYOS-ANDRADE, R.E. — Functionalism vs. generativism: some reflections on linguistic epistemology. *Alfa*, São Paulo, 26: 25-31, 1982.

ABSTRACT: Using quotations of the functionalist linguists André Martinet and Frédéric François as a point of departure, for this study, the Author emphasizes the characteristics that distinguish the functionalist approach to language and linguistics from the transformationalist one. In this way different items are focused such as the role of syntax; grammatical deductivism and inductivism; the institutional nature of language and the innatism; linguistic relevancy, deep structure and linguistic universals.

KEY-WORDS: Linguistic Epistemology; Functionalism; Generativism; syntax; language as faculty; language as institution; innatism; deep structure; relevancy; linguistic universals.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FRANÇOIS, F. — Le fonctionnalisme en syntaxe. *Langue française* (35): 6-25, 1977.
2. MARTINET, A. — Función y estructura en lingüística. In: _____ *Estudios de sintaxis funcional*. Madrid, Gredos, 1978. p. 44-58.
3. MARTINET, A. — Fundamentos de una sintaxis funcional. In: _____ *Estudios de sintaxis funcional*. Madrid, Gredos, 1978. p. 140-155.
4. MARTINET, A. — Visión funcional de la gramática. In: _____ *Estudios de sintaxis funcional*. Madrid, Gredos, 1978. p. 105-114.